

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO RJ
REF: PREGÃO ELETRONICO: 90064/2025

A empresa Equimed Equipamentos Médicos Hospitalares LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 38.408.899/0001-59, com sede à Rua Graça Aranha, 875, barracão 1, sala E, Vargem Grande, Pinhais-PR, como licitante do Pregão Eletrônico 90064/2025 neste ato representada pelo seu sócio gerente Sr. Sérgio Edelberto Valério Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG sob nº 8.061.540-0, inscrita no CPF sob nº 039.410.899-00, vem tempestivamente, com base na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021, apresentar junto a essa respeitosa Comissão de Licitação o seguinte:

RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa Equimed Equipamentos Médicos Hospitalares LTDA em diante denominada recorrente, vem respeitosamente perante a comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo RJ, opor-se à Decisão do Sr. Pregoeiro, face aos equipamentos ofertados pelas licitantes abaixo no item;

Item 11;

AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Com base nos fatos narrados, a Recorrente demonstrará técnica e juridicamente que a decisão do Sr. Pregoeiro deverá ser reformada.

I – DOS FATOS

Trata-se de Licitação Pública na modalidade Pregão Eletrônico a qual tem como
Objeto;

“ OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS, para atender as necessidades das dependências da nova Unidade de Urgência e Emergência em Lumiar.”

Quanto da declaração do licitante vencedor, automaticamente abriu o prazo editalício para manifestação das intenções recursais.

II – DO DIREITO

A Recorrente ao avaliar as propostas das empresas ora Recorridas verificou que os equipamentos ofertados não atendem ao descritivo do edital, ou seja, não estão de acordo com as especificações técnicas mínimas exigidas no edital conforme passaremos a demonstrar.

Passemos a analisar a descrição do item 11 do edital

MONITOR MULTIPARÂMETRO - pré configurado/modular, parâmetros: ECG, PNI, PI, SPO2, temp, resp, dc, : tela LCD 12", alta resolução, congelamento tela e memória, alarmes/bateria, arritmias e segmentos st, com cabos e sensores. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.

A licitante classificada em terceiro lugar, ofertou a marca General Meditech, modelo G3D, ao valor de R\$ 5.983,00, a qual trata se de valor inexecutável para o equipamento ofertado, conforme passaremos a demonstrar.

O edital solicita que o monitor tenha os parâmetros ECG, PNI, **PI**, SPO2, temp, resp, dc, ou seja, trata se de parâmetros BÁSICOS, mais o parâmetro avançado de **PI (PRESSÃO INVASIVA)**

O parâmetro de PI (PRESSÃO INVASIVA), encarece o equipamento, pois trata se de um parâmetro que realiza a aferição do paciente através de um transdutor que vai direto na veia do paciente, de forma INVASIVA., conforme exemplos abaixo.

<https://dimave.com.br/pressao-arterial-invasiva/>

“O que é a pressão arterial invasiva?”

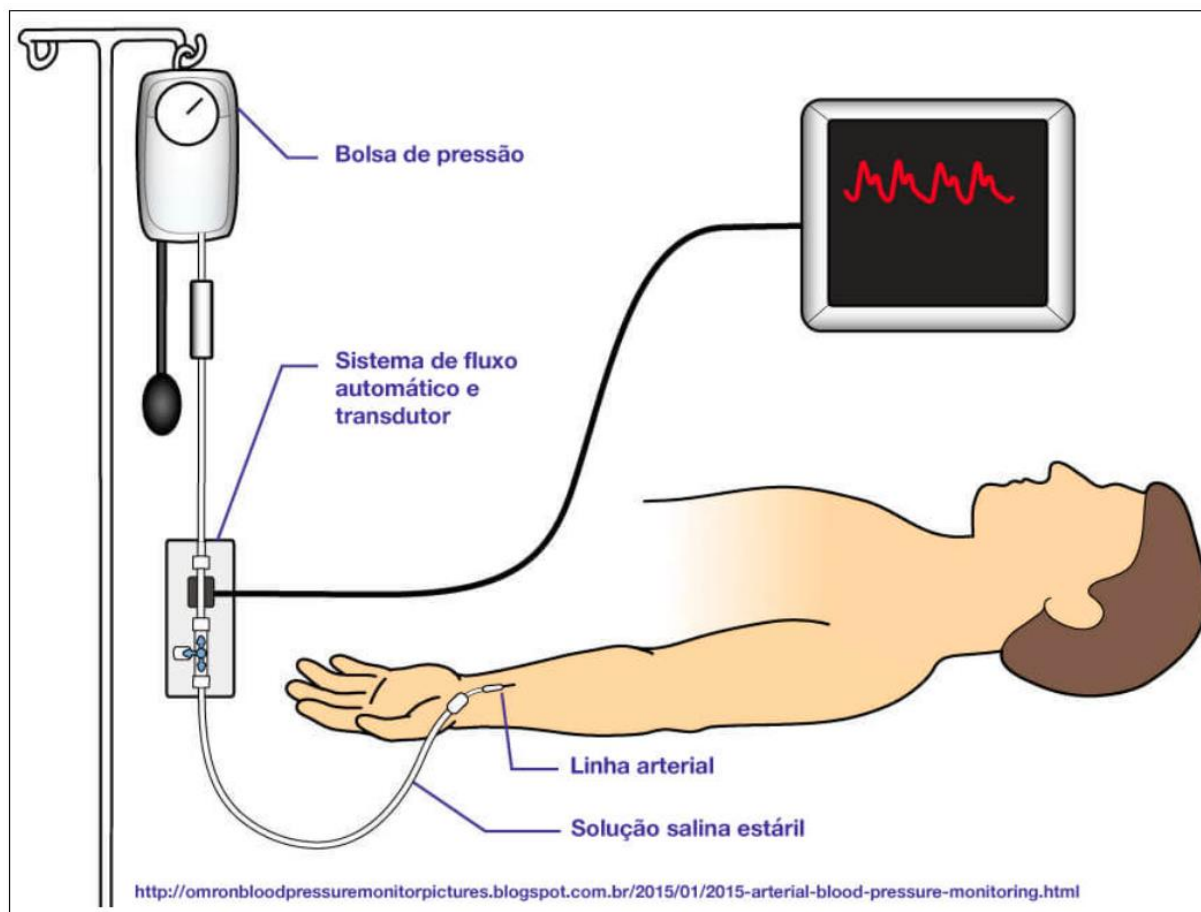
Também conhecido pela sigla PAI, esse método consiste no monitoramento contínuo da pressão por meio de um cateter introduzido na artéria.

Sua função é, principalmente, permitir uma avaliação contínua dos chamados níveis pressóricos.

Em determinadas situações, há, inclusive, a possibilidade de fazer a aferição diretamente no coração.

Na prática, isso significa que, se necessário, é possível saber qual é a pressão do ventrículo esquerdo, do ventrículo direito, ou de pontos específicos do órgão.

Essa medição é feita por meio de um transdutor de pressão, apresentando resultados de pressão sistólica, diastólica e média, com possibilidade de resultados mais completos do que o método não invasivo.”



Conforme mencionado acima, a Pressão Invasiva, é verificada através de um cateter/transdutor a qual é inserido na veia do paciente e esse é ligado ao monitor através do cabo de pressão invasiva.

Abaixo segue imagem de um equipamento com o parâmetro de pressão invasiva e sem o parâmetro de pressão invasiva.

MONITOR SEM PRESSÃO INVASIVA



MONITOR COM PRESSÃO INVASIVA



Vejam que o presente item possui valor estimado de R\$ 14.781,71 e a licitante ofertou R\$ 5.983,00 pelo referido item, ou seja 59,52% abaixo do valor orçado, por esse motivo por estar abaixo de 50% do orçado a licitante deve apresentar comprovação de exequibilidade.

Analizando a documentação anexada pela arrematante, verificamos que a mesma apresentou uma planilha de exequibilidade, bem como uma nota fiscal de compra do equipamento ofertado, ocorre que de acordo com a planilha apresentada e a nota fiscal, a licitante está ofertando um equipamento BASICO, SEM O PARAMETRO DE PRESSÃO INVASIVA, senão vejamos:



AMB DISTRIBUIDORA
CNPJ: 37.885.137/0001-80

CLIENTE: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
REF: 90064/2025

Cambé, 01/09/2025

Razão Social: AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede à Av. Brasil, Nº 1351 CEP: 86192-000, Cambé/Pr, Fone/Fax: (43) 3316-6181 apresenta a seguinte Planilha de custos para comprovação de **Inexequibilidade**:

PLANILHA DE CUSTOS										
Item	Nome do Produto/Descrição	Und	Qtd	Marca	V. Unitario	V. Total	CUSTO PRODUTO	CUSTO FRETE 2%	CUSTO OPERACIONAL 2%	CUSTO IMPOSTO 9%
11	MONITOR MULTIPARÂMETRO - pré configurado/modular, parâmetros: ECG, PNI, PI, SPO2, temp, resp, dc, : tela LCD 12", alta resolução, congelamento tela e memória, alarmes/bateria, arritmias e segmentos st, com cabos e sensores. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.	UND	4	GENERAL MEDITECH / G3D	R\$ 5.983,00	R\$ 23.932,00	R\$ 4.800,00	R\$ 119,66	R\$ 119,66	R\$ 538,47
										R\$ 405,21



CLIENTE: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
REF: 90064/2025

Cambé, 01/09/2025

Razão Social: AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede à Av. Brasil, Nº 1351 CEP: 86192-000, Planilha de custos para comprovação de **Inexequibilidade**:

PLANILHA DE CUSTOS							
Item	Nome do Produto/Descrição	Und	Qtd	Marca	V. Unitario	V. Total	CUSTO PRODUTO
11	MONITOR MULTIPARÂMETRO - pré configurado/modular, parâmetros: ECG, PNI, PI, SPO2, temp, resp, dc, : tela LCD 12", alta resolução, congelamento tela e memória, alarmes/bateria, arritmias e segmentos st, com cabos e sensores. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.	UND	4	GENERAL MEDITECH / G3D	R\$ 5.983,00	R\$ 23.932,00	R\$ 4.800,00

Vejam que a licitante informa em sua planilha de custos o valor de R\$ 4.800,00.

Passemos a analisar a nota fiscal de compra apresentada.

36015	MONITOR MULTIPARAMETROS GENERAL MEDITECH - MODELO G3D - BASICO , ANVISA: 80393910036 N/S: G3D221BR075/G3D221BR086	90181980	6/00	6102	UN	12,0000	4.800,0000	57.600,00	0,00	57.600,00	6.912,00	748,80	12,00	1,30
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	------	------	----	---------	-------------------	-----------	------	-----------	----------	--------	-------	------

Srs. julgadores, vejam através da nota fiscal a qual iremos anexar a essa pela recursal, que o equipamento G3D BASICO possui custo de R\$ 4.800,00 ou seja, o custo que a licitante está considerando é de um equipamento básico, sem PRESSÃO INVASIVA, ou seja, a PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO irá receber um equipamento inferior ao solicitado em edital.

Caso a comissão de licitação ainda tenha duvida quanto as informações acima, solicitamos que seja exigido para a licitante arrematante a NOTA FISCAL DE COMPRA DO MONITOR G3D COM O PARAMETRO DE PRESSÃO INVASIVA.

Frisamos ainda que caso a licitante afirme que irá entregar o equipamento G3D com PRESSÃO INVASIVA, gostaríamos de realizar o acompanhamento da entrega.

Gostaríamos ainda de aproveitar a referida peça recursal para solicitar revisão de parecer quanto a classificação do item 18.

A licitante arrematante do item 18 ofertou a marca CMOS DRAKE, modelo RUAH, ao valor de R\$ 25.000,00, porém como passaremos a demonstrar, o valor é inexequível para o equipamento ofertado.

O item 18 possui valor estimado de R\$ 55.170,34 ocorre que a licitante ofertou o valor de R\$ 25.000,00, ou seja, 54,68 a menos que o valor estimado, e por esse motivo a comissão de licitação deve solicitar comprovação de exequibilidade.

Srs. julgadores conforme orçamento solicitado a empresa fabricante CMOS DRAKE, o equipamento RUAH, possui custo de R\$ 26.422,36, abaixo copia do orçamento.



PROPOSTA COMERCIAL

FLU00093_04

#Cod.: 18.522

Doc:
FOR_VE00002_003
09/05/2025

Cliente: EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ / CPF: 38.408.899/0001-59

IE: 9086096975

Telefone: 55 41 99680-3442

Logradouro: Rua Graça Aranha

Número: 875

Complemento: Brcao 1, Sala E

Bairro: Vargem Grande

Cidade: Pinhais

Estado: PR

CEP: 83321020

Email: vichegenaro@gmail.com

Site:

Vendedor(a): CAMILA BENFICA PAULA ALVARENGA

(31) 3615-6432

TECNOLOGIA QUE
SALVA VIDAS

DO PRÉ-HOSPITALAR AO CTI

conheça a linha completa de equipamentos

[PORTFÓLIO DE PRODUTOS](#)

[ACESSAR SITE](#)

[MAIS SOBRE A CMOS DRAKE](#)

[CONVERSAR COM CONSULTOR NO WHATSAPP](#)

COD	PRODUTO	QTD	R\$ UNI	R\$ TOTAL
62304	PA00040_01 - VENTILADOR PULMONAR RUAH - BASICO	1,0000	26.422,3600	26.422,3600

VENTILADOR PULMONAR RUAH

9 MODOS VENTILATÓRIOS - V1 e VNI - adulto e pediátrico.
10.4" touch screen. 3 curvas simultâneas: Pressão, Volume e Fluxo. Avançado sistema de alarmes.
2 BATERIAS - 9 HORAS AUTONOMIA. SENSORES INTERNOS PRESSÃO, FLUXO E OXIGÊNIO.
— ACESSÓRIOS INCLUSOS —
- 2 circuitos autoclaváveis (adulto e pediátrico) - 1 pulmão de teste - 1 cabo força
- 2 Mangueiras (2 e Ar Comprimido) - 1 máscara VNI

Obs: Para Pedestal, contactar @grupo.mib - (31) 99631-9633 e para Braço articulado, contactar biocam.com.br - (19) 3272-8000



TOTAL PROPOSTA: R\$26.852,36 (vinte e seis mil e oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

PAGAMENTO

#	Forma	Condições	Desconto (R\$)	Valor (R\$)
1)	Transferência Bancária	Pedido Antecipado	0,00	26.852,36

Outras condições poderão ser negociadas. Entre em contato agora mesmo.

Proposta válida até:

Entrega: 19/05/2025

Frete: Frete por conta do Remetente (CIF)

Transportadora: ROTTAMASTER EXPRESS E LOGISTICA LTDA

Valor frete: 430,00



PROPOSTA COMERCIAL

FLU00093_04

#Cod.: 18.522

Doc:

FOR_VE00002_003

09/05/2025

Observações

Todos os impostos estão inclusos no valor da proposta.

Garantia: 12 meses

Para dar continuidade à compra, favor solicitar o pedido de venda.

Atenção: essa proposta comercial não é válida para processo licitatório.

Cmos Drake S.A - CNPJ 03.620.716/0001-80

www.cmosdrake.com.br - 31 3615-6402

www.cmosdrake.com.br / 31 3615-6432

Srs. julgadores, como pode a licitante ofertar o equipamento a 25.000,00 sendo que o mesmo possui custo de R\$ 26.422,36?

Tendo em vista a informação acima, sugerimos a essa respeitosa comissão que seja solicitado nota fiscal de compra emitida pela CMOS DRAKE (FABRICATE E QUEM TEM O MELHOR PREÇO) do equipamento em questão constando marca e modelo, para fins de comprovação de exequibilidade. Salientamos ainda para que não aceitem planilha somente, exija a nota fiscal.

Frisamos ainda que caso a licitante afirme que irá entregar o equipamento RUAH ao valor de R\$ 25.000,00 gostaríamos de realizar o acompanhamento da entrega.

O acompanhamento é solicitado com base na **Lei nº 14.133/2021**, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, que trata também da fiscalização e acompanhamento da execução do contrato pela Administração Pública, assegurando que o fornecimento e a entrega sejam realizados de acordo com os termos acordados.

Ademais, conforme o **Acórdão 2.605/2012-TCU-Plenário**, a Administração Pública deve formalizar o processo para acompanhamento da execução dos contratos, com a documentação física e financeira necessária, e incluir informações sobre o contrato e/ou projeto em sistemas contábeis ou gerenciais, a fim de aperfeiçoar sua gestão e garantir o cumprimento do princípio da eficiência. Tais medidas são essenciais para assegurar a transparência e a boa gestão dos recursos públicos.

A solicitação também se ampara nos **princípios da administração pública** previstos no **artigo 37 da Constituição Federal**, em especial o **princípio da publicidade**, que exige que os atos administrativos sejam transparentes e de conhecimento público, garantindo a fiscalização da execução dos contratos e o uso adequado dos recursos públicos.

Dessa forma, caso as arrematantes dos itens 11 e 18 continuem habilitadas solicitamos a confirmação da data e horário exatos da entrega, bem como qualquer procedimento necessário para o recebimento e verificação dos itens, com o objetivo de garantir que o equipamento/material entregue esteja de acordo com as especificações previstas no edital e conforme o ofertado pela primeira colocada do pregão. Esse acompanhamento visa assegurar que a entrega esteja em conformidade com os termos acordados e com as expectativas do processo licitatório.

III - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESAS ORA RECORRIDAS DO CERTAME.

Vê-se, portanto, que as propostas comerciais das empresas recorridas foram apresentadas em evidente desacordo com as prescrições editalícias, merecendo sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento das mesmas às exigências do **edital norteador** desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos

princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 17 da Lei de 14.133/21, in verbis:

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

...

V – de habilitação

...”

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, in O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

“O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo.”

No mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

“Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins

almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles.”

Como visto, o julgamento da proposta não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

O que almeja a empresa ora Recorrente é que este Ilmo. Pregoeiro realize julgamento da proposta em conformidade com os ditames editais e parâmetros legais, ou seja, requer a recorrente que este Pregoeiro baseie sua decisão de acordo com os preceitos e condições constantes no ato convocatório desta licitação, bem como nas determinações vigentes.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art. 5º da Lei nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica, como se vê in verbis:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Assim, por esses princípios, a Administração Pública (por meio do Pregoeiro e da Comissão de Licitação) e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da licitante, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, em seu festejado Curso de Direito Administrativo, ratifica in totum esse posicionamento legal, ao asseverar que:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame ...”.

Logo, não se pode aceitar produtos que não atendem o que foi estabelecido pela Administração em seu edital. Vez que não atendem ao que pressupõe o instrumento convocatório, sendo que o aceite de equipamentos com características e/ou acessórios inferiores ao estabelecido prejudica a participação dos demais licitantes, levando vantagem no valor aqueles que ofertam em desacordo sobre os demais participantes.

Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A propósito, qualquer valoração, além do expressamente disposto no edital, importará na maculação ao referenciado princípio do julgamento objetivo, atribuindo-lhe conotação flagrantemente subjetiva.

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação da empresa recorrida no presente item.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne:

O recebimento do presente recurso, tendo em vista que o prazo das razões recursais é tempestivo;

Não obstante a Recorrente admita a competência e notório saber jurídico do Senhor Pregoeiro bem como da Equipe Técnica, *data venia*, a Decisão deverá ser reformada, procedendo à desclassificação da licitante recorrida no presente certame tendo em vista as desconformidades apresentadas;

Seja dado provimento ao presente Recurso, pela Comissão de Licitação, a fim de promover a desclassificação da licitante recorrida por ser um princípio de justiça;

Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade superior competente, nos termos do Art. 165, § 2º, da Lei 14.133/2021.

Termos em que, pede deferimento.

Pinhais, 08 de setembro de 2025.